



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA COMO CAMPO CIENTÍFICO: POSSIBILIDADES A PARTIR DA ABORDAGEM DE BOURDIEU

Raphael Schlickmann

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Faculdade SOCIESC – UNISOCIESC
raphas82@gmail.com

Resumo

O campo científico ao se constituir em uma estrutura em que agentes ocupam posições a partir do acúmulo de capital científico adquiridos ao longo de sua trajetória acadêmica por meio de lutas para alcançar o melhor lugar nessa estrutura (BOURDIEU, 1983) torna-se uma das categorias de análise que viabilizam o estudo da atividade dos cientistas enquanto atores sociais, cooperando ou rivalizando segundo modalidades particulares em instituições específicas (BOUDON, 1990). Ao se perceber que a administração universitária no Brasil, pode ser vista como um subcampo científico da administração no país, o objetivo central deste trabalho é discutir os principais conceitos que constituem a abordagem sobre o campo científico de Bourdieu (1983; 2004). Nesse sentido, busca-se contribuir e fomentar trabalhos que se utilizem da abordagem bourdieusiana para o entendimento da estruturação e funcionamento do campo científico da administração universitária.

Palavras-chave: campo científico, Bourdieu, administração universitária.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho são apresentados o conceito de campo científico desenvolvido por Pierre Bourdieu, contextualizando-o como categoria de análise da sociologia da ciência. Também se discute alguns elementos que constituem a ideia de campo científico defendida pelo autor, quais sejam: capital científico, tipos de capital científico, formas de acumulação e transmissão do capital científico, estrutura e desigualdade do campo científico, autonomia, agentes e tipos de agentes.

Na sequência, trata-se do campo científico da administração, apontando características deste campo bem como de alguns de seus agentes. Por fim, procura-se situar o campo científico da administração universitária como um subcampo do campo científico da administração no Brasil, como estratégia para desvendar aquele campo.

SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA

De acordo com Martin (2001), a ciência passou longo período ao largo do campo dos trabalhos sociológicos. A partir dos trabalhos de Robert K. Merton, a ciência até então analisada a partir de um olhar exterior, em que busca entender os seus efeitos sobre a sociedade, passa a constituir em si mesma o ponto de partida para a análise (ÁVILA, 1998). Para Merton (1979), a sociedade passa a pressionar a comunidade científica não mais apenas a “estar” na sociedade, mas a “fazer parte” dela, mostrar e justificar como pode ser útil. O autor identifica que a situação de “isolamento” da ciência, passa a sofrer abalos quando a sociedade passa a confrontá-la quanto às consequências de suas descobertas¹. Assim, é que Merton (1979) alerta:

Uma instituição que sofre ataques tem que examinar de novo seus fundamentos, revisar seus objetivos, buscar sua explicação racional. As crises convidam à autocrítica. Agora que têm que enfrentar ameaças ao seu modo de vida, os intelectuais foram lançados a um estado de aguda conscientização: consciência da própria personalidade como elemento integrante da sociedade, e das obrigações e interesses correspondentes (MERTON, 1979, p. 38).

A instituição a que Merton (1979) faz referência é a ciência, sendo que a autocrítica e a tomada de consciência mencionada, podem ser feitas, segundo o autor, por meio da sociologia da ciência, especificamente com a busca pela resposta a dois tipos de questões: (1) os modos de funcionamento e de organização do espaço científico, e (2) a influência do contexto de produção sobre os conhecimentos científicos.

Para responder a essas questões, Merton (1979) busca examinar os costumes que circundam os métodos da ciência e não os métodos em si. É o que este autor vai chamar de *ethos* da ciência moderna, ou seja, os princípios morais e éticos que guiam os trabalhos de todos os cientistas. Para Merton (1979), o respeito a esses princípios é o que garante à comunidade científica sua autonomia defronte aos interesses políticos ou econômicos (MARTIN, 2001). Na medida em que eles são confrontados, o *ethos* passa a sofrer tensões. Este *ethos* compreende quatro passos ou normas: o universalismo, o comunismo, o desinteresse e o ceticismo organizado.

O *universalismo* está ligado a critérios impessoais, internacionais e virtualmente anônimos da ciência: “restringir as carreiras científicas por outros motivos que a falta de

¹ O autor faz menção a explosão ocorrida em Hiroshima que pôs fim à Segunda Guerra Mundial para evidenciar isso.

competência é prejudicar a promoção do saber” (MERTON, 1979, p. 44). O *comunismo* tem haver com o caráter socialmente colaborativo da ciência, ou seja, com a obrigação moral do compartilhamento da ciência². O *desinteresse* está relacionado à paixão do cientista pelo saber, desprovido de interesses privados. Assim, interessa ao cientista, antes de tudo a busca pelo saber, submetida aos rigores da própria comunidade científica. Para Merton (1979, p. 50), o uso de meios ilícitos – cultismo, camarilhas informais, publicações prolíficas, mas banais – na ciência para atender a outros interesses (por exemplo, promoção pessoal), acaba esbarrando “na necessidade que os cientistas têm, mais cedo ou mais tarde, de prestar contas perante os seus colegas”. O *ceticismo organizado*, por fim, tem a ver com a “suspensão do julgamento, até que ‘os fatos estejam à mão’, e o exame imparcial das crenças, de acordo com critérios empíricos e lógicos” (MERTON, 1979, p. 51). Para Martin (2001) o *ethos* científico descrito por Merton é liberal, igualitário e democrático, desde que sejam seguidas as quatro normas supracitadas. Do contrário, a ciência perde seu valor, sendo controlada por outras instituições econômicas e políticas.

Pesquisadores como Joseph Ben-David e Warren Hagstrom são alguns dos autores que dão sequência aos trabalhos de Merton sobre a sociologia da ciência (ÁVILA, 1998). O primeiro autor aborda o desenvolvimento do papel social do cientista e a evolução das formas de organização das instituições científicas (ÁVILA, 1998). Ben-David (1974) defende que há aspectos sociais do trabalho científico e do desenvolvimento da ciência que só podem ser explicados por meio de variáveis sociais, em oposição a um ponto de vista puramente conceitual ou da história da ciência. Fenômenos como o valor atribuído pela sociedade à ciência, o interesse por novas descobertas oposto à preservação de antigas tradições, a transmissão e a difusão de conhecimento científico, a organização da pesquisa, bem como a utilização da ciência ou da atividade científica só podem ser explicados enquanto variáveis sociais de análise.

Assim, Ben-David (1974) baseia seu trabalho num método que denomina de sociologia institucional da atividade científica que:

Liga a ciência a variáveis que são dadas, pelo menos do ponto de vista dos cientistas considerados individualmente; como exemplos de tais variáveis é possível citar a definição dos papéis dos cientistas em diferentes países, o tamanho e a estrutura das organizações científicas, bem como diferentes aspectos da economia, do sistema político, da religião e da ideologia (BEN-DAVID, 1974, p. 12).

Para Dias (2006), o argumento central do autor é refutar a ideia de que o desenvolvimento da ciência representa um processo completamente descasado de culturas, valores e variáveis de natureza social. No entendimento de Schwartzman (1987, p. 68) “a principal contribuição de Ben-David à sociologia da ciência são seus estudos históricos sobre as universidades e o contexto cultural, político e institucional do surgimento e das transformações da ciência moderna”.

Hagstrom (1979) vai dar maior ênfase às lógicas de estruturação das comunidades científicas e da especificidade do sistema de recompensas (ÁVILA, 1998). Quanto à estruturação das comunidades científicas, na mesma linha de Merton (1979),

² Com relação a esta norma é interessante ressaltar a discussão que Merton (1979) propõe quanto à incompatibilidade da definição da tecnologia como “propriedade privada” numa economia capitalista. Ele mostra como os cientistas passam a sofrer pressões de um lado para que se tornem “promotores de novas empresas econômicas”, ou seja, que peçam remuneração econômica para os descobrimentos científicos, de outro, para que apoiem o socialismo, pois a mudança do sistema social resolveria o conflito.

Hagstrom (1979) dirá que é a sociedade que faz com que a ciência, enquanto comunidades se coloquem a refletir sobre seu próprio comportamento:

Podemos então concluir que a socialização dos cientistas tem de ser suplementada por um sistema social dinâmico de controle, que mantenha os valores e a eficácia da ciência. Argumentos negativos são satisfatórios; a melhor razão para estudar o controle social na ciência reside no fato de que ela leva à descoberta das tensões características da comunidade científica, e esse esforço dá sentido a muitas variantes de comportamento científico que doutro modo não seriam notadas ou seriam só qualificadas como idiosincrasias e como consequência de personalidades aberrantes (HAGSTROM, 1979, p. 86).

Ou seja, o autor parece defender, conforme Bourdieu (1983; 2004) mais tarde constatará, que a autonomia da ciência é relativa e que, portanto, pode e é influenciada pela sociedade em que está inserida, sendo o controle social exercido por ela o ponto de partida para que a comunidade científica reflita sobre si própria. Nesse sentido, ele próprio se põe a refletir sobre esse tema, ao tratar de como a organização da ciência se dá a partir de um sistema de troca de informações por reconhecimento social (HAGSTROM, 1979). Para este autor,

O desejo de obter reconhecimento leva os cientistas a publicar os seus resultados [...] a conformar-se com as normas científicas, contribuindo com as suas descobertas para toda a comunidade [...] também influencia a sua seleção de problemas e métodos. Ele tenderá a selecionar problemas cuja solução der maior reconhecimento, e tenderá a selecionar métodos que tornem o seu trabalho aceitável pelos seus colegas métodos (HAGSTROM, 1979, p. 92-93).

Martin (2001) ao abordar os trabalhos de autores que deram sequência ao trabalho de Merton, como foi o caso de Hagstrom, mostra que eles examinam a ciência como um sistema de trocas, onde, semelhante ao mercado econômico, há uma busca constante por bens que possam ser trocados. Outro ponto de convergência entre os autores está na competição atribuída aos cientistas: tal como os empresários lutam para manterem-se no mercado econômico, eles também terão de competir para viver no campo científico (MARTIN, 2001). Porém, a natureza destes bens difere entre si nos espaços econômico e científico: enquanto no primeiro trocam-se produtos e serviços, no espaço científico os bens trocados são o conhecimento e o reconhecimento (MARTIN, 2001).

Há, portanto, uma busca por conhecimento e reconhecimento que são obtidos a partir de citações, prêmios, títulos, bolsas e promoções. Quanto mais se obtém, mais se é reconhecido, e, na medida em que a obtenção deste reconhecimento é rara há uma competição entre os pesquisadores para obtê-lo ou mantê-lo (MARTIN, 2001). Para o autor, é esta disputa que constituirá o motor da ciência e de suas descobertas e é pegando o essencial dessa ideia que o sociólogo Pierre Bourdieu verá igualmente o espaço científico como um espaço dominado pelas regras do mercado e da competição (MARTIN, 2001). Na seção seguinte, apresenta-se como Pierre Bourdieu explica o espaço científico a partir de seu conceito de campo científico.

CAMPO CIENTÍFICO EM BOURDIEU

É com base na ideia do espaço científico como um sistema de trocas que Pierre Bourdieu vai desenvolver seus estudos. Porém, ao contrário de Merton e Hagstrom,

Bourdieu (1983) utiliza o conceito de campo científico em substituição ao de comunidade científica, empregada por aqueles (ÁVILA, 1997). Bourdieu em *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*, conferência e debate organizados pelo grupo francês *Sciences en Questions* do Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica de Paris – INRA, em 1997, retoma³, de forma bastante esclarecedora, o conceito de campo científico.

Antes de defini-lo, no entanto, explica a gênese da noção de campo. Lembra que todas as produções culturais, a filosofia, a história, a ciência, a arte, a literatura entre outras são objetos de análise com pretensões científicas (BOURDIEU, 2004). Verifica-se, segundo ele, que existe uma história da literatura, da arte, da filosofia... E que em todos esses campos há uma oposição e um antagonismo: de um lado estariam aqueles que defendem que para se entender a literatura, a arte ou a filosofia, bastaria a leitura dos textos que falam sobre tais⁴. De outro lado, estariam aqueles que acreditam que ao texto deve estar relacionado um contexto, sendo que aquele deve ser interpretado à luz do que ocorre no mundo social ou no mundo econômico⁵.

Sendo a ciência também uma produção cultural, este antagonismo também está presente quando se verifica que há uma oposição a uma tradição de história da ciência⁶ que “descreve o processo de perpetuação da ciência como uma espécie de partenogênese, a ciência engendrando-se a si própria, fora de qualquer intervenção do mundo social” (BOURDIEU, 2004, p. 20). Buscando uma alternativa⁷ a esta tradição, porém não se alinhando simplesmente a ideia de apenas relacionar o conteúdo textual ao contexto social, Bourdieu elabora a noção de campo. Afirma que entre o texto e o contexto, há um universo intermediário o qual denomina campo “no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem”, por exemplo: a arte (campo artístico), a literatura (campo literário) ou a ciência (campo científico) (BOURDIEU, 2004, p. 20). A noção de campo é, portanto, uma:

Recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa, perante a qual se achavam colocadas todas as ciências das obras culturais, ciências religiosas, história da arte ou história literária: nestas matérias, a oposição entre um formalismo nascido da teorização de uma arte que chegara a um alto grau de autonomia e um reducionismo empenhado em relacionar diretamente as formas artísticas com formas sociais (...) encobria o que as duas correntes tinham em comum, a saber, o fato de ignorarem o campo de produção como espaço social de relações objetivas (BOURDIEU, 2007, p. 64).

Esse universo, denominado campo, “é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais” que serão mais ou menos específicas dependendo do quanto este espaço é mais ou menos autônomo (BOURDIEU, 2004, p. 20). A autonomia é, pois, um conceito central na discussão que Bourdieu faz sobre o campo científico. Para ele o campo científico é um microcosmo que da mesma forma que o macrocosmo é submetido a leis sociais, que, no entanto não são as mesmas deste, mas são leis próprias, específicas. A especificidade dessas leis, ou o grau em que essas leis são independentes

³Na década de 1970, nos artigos *A especificidade do campo científico e as condições sociais do progresso da razão* e *O campo científico* trouxe pela primeira vez esses conceitos (BOURDIEU, 2004).

⁴Bourdieu se refere a estes tipos de interpretações como “internalistas” ou “internas” (BOURDIEU, 2004, p. 19).

⁵Bourdieu se refere a estes tipos de interpretações como “externalistas” ou “externas” (BOURDIEU, 2004, p. 19).

⁶Tradição esta condenada por Ben-David (1974), conforme visto na seção anterior.

ou pouco influenciadas pelo macrocosmo é que vão definir o quanto o campo científico é mais ou menos autônomo. Afirma Bourdieu (2004, p. 22): “dizemos que quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retratuação”. Em contrapartida, a heteronomia de um campo “manifesta-se essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente” (BOURDIEU, 2004, p. 22).

Em relação à ideia de autonomia do campo científico é necessário mencionar uma observação importante feita por Bourdieu:

É preciso escapar à alternativa da ciência pura, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da ‘ciência escrava’, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. De fato, as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo (BOURDIEU, 2004, p. 21).

Sendo um mundo social, e tendo leis sociais próprias o campo científico é um campo de forças e um campo de lutas para alterar ou transformar esse campo de forças (BOURDIEU, 2004). Essas lutas se dão entre os agentes, que são aqueles que criam os espaços para estas lutas por meios das relações objetivas que estabelecem entre si (BOURDIEU, 2004). E é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são os princípios do campo científico. É essa estrutura que determina o que os agentes podem ou não fazer. Ou em outros termos, é a posição que os agentes ocupam nesta estrutura que determina suas tomadas de posição (BOURDIEU, 2004). Nesse sentido, Bourdieu (1983, p. 122) assinala o campo científico como:

Sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.

Assim, os interesses específicos dos pesquisadores vão ao encontro dos métodos e das teorias que lhe permitam ocupar de forma legítima a posição dominante em um campo específico (BOURDIEU, 1983). Em outras palavras, o campo científico pode ser entendido como um espaço em que agentes ou instituições ocupam uma posição adquirida em disputas históricas para obter a autoridade científica. Essa “posição adquirida”, diz Bourdieu (1983), se dá em função dos julgamentos sobre a capacidade científica do agente, a qual pode ser medida por sua capacidade técnica, por seu poder social e por sua competência científica.

A posição hierárquica obtida pelo agente no campo se dá, portanto, em função do quanto ele consegue impor sua autoridade científica, “espécie particular de capital social que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital” (BOURDIEU, 1983, p. 127). É o acúmulo dessas espécies de capital que permitirá ao agente ocupar uma determinada posição no campo. Cabe destacar que o capital do qual se está falando aqui é um tipo de capital específico ao campo científico, pois para Bourdieu cada campo é um espaço de

lutas pelo acúmulo de um tipo específico de capital. Assim como no campo econômico existe um tipo de capital específico (o capital econômico), no campo científico há também um tipo de capital específico, mais precisamente uma “espécie particular de capital simbólico (o qual é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 26).

Nesse sentido, a carreira científica bem-sucedida torna-se um processo contínuo de acumulação (de reconhecimento, de reputação, de visibilidade, de prestígio, de credibilidade, etc.) e aqueles que conseguem acumular capital científico são diferenciados pela posição que ocupam, pelo prestígio e credibilidade adquirida no campo (BOURDIEU, 1983). Em outros termos, “os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço” (BOURDIEU, 2004, p. 24).

Bourdieu (2004) identifica duas espécies de capital científico correspondentes a duas formas de poder que existem em todos os campos: o poder temporal, também denominado político, institucional e institucionalizado e o poder específico. O poder temporal está relacionado às posições ocupadas pelos agentes nas instituições científicas, direção de laboratórios ou departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação, bancas de concursos, entre outras, além do “poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos, etc.) e de reprodução (poder de nomear e de fazer carreiras) que ela assegura” (BOURDIEU, 2004, p. 35).

O poder específico, por outro lado, está ligado a um prestígio pessoal do agente que é relativamente independente do poder temporal, e que está baseado quase que exclusivamente sobre o reconhecimento do conjunto de pares ou de uma “fração consagrada dentre eles” (BOURDIEU, 2004, P. 35). Esta forma de poder dá origem a uma espécie de capital científico que está ligada ao reconhecimento pelos pares, é pouco institucionalizada e encontra-se aberta à contestação (SHINN, RAGOUET, 2008). Quando faz menção a esta forma de poder, Bourdieu cita o caso dos “colégios invisíveis”, expressão cunhada no século XVII pelo cientista inglês Robert Boyle, que pode ser entendida como um grupo de pesquisadores que se relacionavam entre si no apesar de trabalharem em instituições distintas, sendo que essas relações se baseavam na troca de informações e conhecimentos, isto é, sem obrigações de ordem legal ou financeira (GONÇALVES et. AL, 2011). Um exemplo mais próximo disto, hoje, seriam as comunidades virtuais existentes na internet que possibilitam a troca de informações entre pesquisadores que se interessam pelo mesmo tema e que, no entanto, não têm um vínculo formal, não se conhecem pessoalmente, estão distantes geograficamente, mas ao mesmo tempo compartilham ideias comuns. Assim, o capital científico assume duas espécies dependendo da forma de poder com o qual está relacionado: o capital científico institucionalizado, quando estiver baseado no poder temporal; e o capital científico puro, quando o poder que lhe servir de base for o específico (BOURDIEU, 2004).

Shinn e Ragouet (2008) lembram que quando trabalhou a ideia de campo científico pela primeira vez, no artigo *La spécificité du champs scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison*, em 1975, Bourdieu não fez menção às espécies de capital científico, mas simplesmente a uma espécie única. Porém, quando mais tarde trabalha estas duas espécies de capital científico, como o faz em *Os usos sociais da ciência*, por exemplo, não só menciona a existência dessas duas espécies,

como mostra que elas atestam o grau relativo de autonomia do campo científico (SHINN, RAGOUET, 2008).

Assim, Bourdieu (2004) defende que os poderes temporais que dão origem ao capital institucional far-se-ão mais presentes em campos mais heterônomos, portanto com autonomia limitada e imperfeita. Ou seja, nestes campos há maior espaço para intervenção de poderes externos ao campo (BOURDIEU, 2004). O autor explica, por exemplo, que o fato de as disciplinas científicas necessitarem de recursos econômicos em graus distintos para se manterem faz com que os detentores de um maior poder temporal “mais ou menos diretamente ligados à pesquisa” poderão, pela posição que ocupam – muitas vezes controlando os recursos – “exercer sobre a pesquisa um poder que se pode chamar de tirânico (no sentido de Pascal⁸), uma vez que não encontra seu princípio na lógica específica do campo” (BOURDIEU, 2004, p. 41). Em outros termos, “quanto mais os campos são heterônomos, maior é a defasagem entre a estrutura de distribuição no campo dos poderes não-específicos (políticos); por um lado, e por outro, a estrutura da distribuição dos poderes específicos – o reconhecimento, o prestígio científico” (BOURDIEU, 2004, p. 41-42). Com base em Bourdieu, Shinn e Ragouet (2008, p. 127) afirmam que:

De imediato, a autonomia relativa de um campo será função do grau de diferenciação da hierarquia segundo a distribuição do capital científico e hierarquia segundo a distribuição do capital temporal. Quanto mais essas hierarquias se confundem, mais a avaliação científica das contribuições é contaminada por critérios propriamente ligados ao conhecimento da posição social dos indivíduos.

Essa “confusão” entre as hierarquias é comum, pois como Bourdieu (2004) destaca a autonomia de um campo em relação aos poderes externos nunca é total na medida em que é um espaço onde residem dois princípios de dominação: um institucional e outro específico. Isto faz com que o campo científico seja caracterizado por uma “ambiguidade estrutural” em que “os conflitos intelectuais são também, sempre, de algum aspecto, conflitos de poder” (BOURDIEU, 2004, p. 41). Assim, para Bourdieu (2004) o progresso da cientificidade em um determinado campo, está relacionado à criação de condições práticas para progredir sua autonomia. Essas condições estão relacionadas, por exemplo: à criação de barreiras à entrada no campo, impedindo o uso de armas não-específicas (externas ao campo), “favorecendo formas reguladas de competição, somente submetidas às imposições da coerência lógica e da verificação experimental” (BOURDIEU, 2004, p. 43).

O grau de autonomia de um campo científico é, portanto, fortemente influenciada pelo peso relativo das espécies de capital científico na estrutura do campo científico. Nesse sentido, cabe destacar as formas de acúmulo e de transmissão das espécies de capital científico.

FORMAS DE ACÚMULO E DE TRANSMISSÃO DE CAPITAL CIENTÍFICO

Bourdieu (2004) explica que para cada espécie de capital científico existem leis de acumulação próprias. No caso do capital científico institucionalizado, o acúmulo se dá por meio de estratégias políticas e institucionais, como por exemplo, as participações

⁸Cabe aqui um esclarecimento sobre o que seria este poder tirânico no “sentido de Pascal” o qual Bourdieu faz referência. Pondé (2001, p. 224) explica que “para Pascal, tirania não é sinônimo conceitual de arbitrariedade: como exercício do poder ‘fora de sua ordem’, tirânico seria, por exemplo, o rei querer decidir sobre “verdades científicas”, ou controlar crenças e não somente hábitos”.

em comissões; em bancas de dissertações, teses e concursos; em eventos científicos, em cerimônias, em reuniões, etc.

Em relação ao capital científico puro, sua acumulação se dá, principalmente, pelas “contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas (as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos, portanto aptos a conferir prestígio à moda de bancos de crédito simbólico, são o melhor indício)” (BOURDIEU, 2004, p. 36). No caso do Brasil, poderia se mencionar o caso das publicações em periódicos classificados como “A” pelo conjunto de procedimentos utilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação, denominado *Qualis*.

Bourdieu (2004, p. 36) assinala o acúmulo de capital científico puro como a forma “mais específica e mais legítima do capital científico”. Isso fica evidenciado ao afirmar que encontra dificuldade em dizer se a acumulação de capital científico institucional pode ser considerada o “princípio (a título de compensação) ou o resultado de um menor êxito na acumulação” (BOURDIEU, 2004, p. 36) da outra espécie de capital científico.

Além de existirem diferenças na forma de acúmulo entre as duas espécies de capital científico, há também diferenças no que diz respeito as suas formas de transmissão, isto é, na forma como este capital poderá ser repassado a outros agentes do campo. Considerando, a título de comparação, as formas de transmissão que ocorrem, por exemplo, no campo econômico, em que um agente detentor de bens poderia repassá-los a terceiros por meio de vendas, trocas, doações, empréstimos entre outras... Como se daria a transmissão das duas espécies de capital científico no campo científico?

Bourdieu (2004) explica que a transmissão do capital científico puro (em virtude de pertencer ao pesquisador quase de forma intrínseca, em função de suas características pessoais) ocorre de forma extremamente difícil se comparada à transmissão do capital científico institucional. O prestígio e o reconhecimento, por exemplo, não são atributos que simplesmente se transmitem, eles precisam ser conquistados e legitimados. Em outras palavras, a transmissão só se dá na medida em que os pares a legitimarem. Vale lembrar que a capacidade de inovação é uma das qualidades inerentes ao pesquisador que detém capital científico puro. Como transmitir esta capacidade de inovar?

Bourdieu (2004) mostra, que embora difícil, há possibilidade de transmissão de uma parte mais formalizada da competência científica do pesquisador, o que, no entanto leva tempo. A colaboração entre o pesquisador de prestígio e seus seguidores, seja por meio da formação destes por aquele, seja por meio de publicações em conjunto, recomendações a outras instâncias de consagração, entre outras seriam formas possíveis desta transmissão.

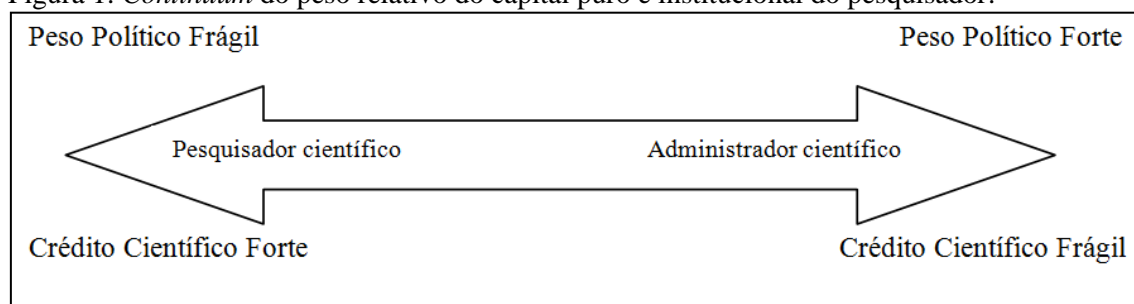
Em contraponto, a transmissão do capital científico institucional ocorre de forma mais fácil, pois as regras de transmissão correspondem às mesmas de qualquer outra espécie de capital burocrático (BOURDIEU, 2004). Assim, por exemplo, podem-se citar os casos em que as posições ocupadas por um pesquisador em uma instituição são repassadas, seja pela vontade do próprio - *agora é com você!* - ou “respeitando”⁹ as normas pré-estabelecidas: eleições, concursos, etc. Assim, o poder institucional é

⁹Bourdieu (2004, p. 37) ressalta que a transmissão do capital científico institucional pode “assumir a aparência de uma ‘eleição pura’, por exemplo, por meio de concursos que podem, de fato, estar muito próximos dos concursos de recrutamento burocrático, no qual a definição do posto está, de algum modo, pré-ajustada à medida do candidato”.

transmitido segundo a lógica da nomeação burocrática e com ele o capital científico correspondente.

Reconhecendo a dificuldade prática do acúmulo das duas espécies de capital científico, Bourdieu (2004, p. 38) afirma que os pesquisadores podem ser caracterizados “pela estrutura de seu capital científico ou, mais precisamente, pelo peso relativo de seu capital ‘puro’ e de seu capital ‘institucional’”. Este peso relativo é dado por uma espécie de *continuum* que coloca num extremo oposto os que detêm um maior peso político e um frágil crédito científico, os quais Bourdieu (2004, p. 38) vai denominar de “administradores científicos”; e no outro, os que possuem um frágil peso político e um forte crédito científico, que serão denominados para fins deste trabalho de “pesquisadores científicos”. A Figura 1 ilustra este *continuum* e mostra num extremo os “administradores científicos”, e no outro os “pesquisadores científicos”.

Figura 1: *Continuum* do peso relativo do capital puro e institucional do pesquisador.



Fonte: elaborado pelo autor com base em Bourdieu (2004).

A posição ocupada pelo pesquisador neste *continuum* pode variar influenciada tanto pelo acúmulo (inclusive por meio de transmissão) das espécies de capital científico. Assim, é possível que haja até mesmo a conversão de um “pesquisador científico” em “administrador científico” e vice-versa. Bourdieu (2004) chama a atenção para o fato de que a conversão do capital institucional em poder científico é mais fácil e rápida que a conversão do capital puro em poder político ou mesmo econômico. Esta hipótese foi comprovada por trabalho recente realizado por Teixeira et al. (2012) ao analisarem a distribuição de capital científico entre docentes de um programa de pós-graduação em administração de Minas Gerais.

Shinn e Ragouet (2008, p. 127) resumem as possibilidades de conversão de um capital científico em outro da seguinte forma: “o capital científico pode, com o tempo, permitir a obtenção de créditos econômicos e políticos, mas é mais frequente ver agentes dotados de um capital temporal elevado obterem capital científico sem investir fortemente na produção científica”. Isso ocorre porque aqueles que acumulam capital institucional, por meio de seu poder político conseguem influenciar as esferas de produção e reprodução da ortodoxia contra a inovação. Por exemplo, o pesquisador que participa de comissões, bancas de concursos, entre outros consegue influenciar na manutenção da ordem científica estabelecida naquele momento. Assim, suas decisões serão baseadas nos preceitos que lhe assegurarem a posição ocupada na estrutura do campo científico, dificultando a abertura a inovações que lhe possam tirar o posto.

Por outro lado, o pesquisador que acumula forte crédito científico junto aos pares, principalmente o inovador, precisa passar por duras provas até que consiga obter poder político. Isso ocorre porque o inovador ameaça a ordem científica, e, conseqüentemente a posição daqueles que já se encontram no campo, pois eles trabalham para mantê-la. Ou seja, ao exercer o poder político o inovador poderá fazê-lo contra os interesses daqueles que já o detêm. Assim, é que se criam dificuldades – ainda que sutis – para que o detentor de poder científico obtenha também poder político.

Subjacente a busca por este acúmulo de capital científico seja ele puro ou institucional, está uma luta entre os agentes do campo para impor uma definição de ciência que mais esteja de acordo com seus interesses específicos (BOURDIEU, 1983). A definição mais apropriada de ciência será “a que lhe permita ocupar legitimamente a posição dominante e a que assegure, aos talentos científicos de que ele é detentor a título pessoal ou institucional, a mais alta posição na hierarquia dos valores científicos” (BOURDIEU, 1983, p. 128).

CAMPO CIENTÍFICO: UM ESPAÇO DE LUTAS

O acúmulo de capital científico, resultante de lutas entre os agentes do campo, proporciona, assim, que o pesquisador ocupe uma posição na hierarquia do campo científico em que ele está inserido. Segundo Lahire (2002, p. 48) “a distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é, portanto, definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo”. A hierarquia existente no campo faz com que os agentes sejam colocados em posições contrárias, dando espaço para aquilo que Bourdieu (1983) vai denominar de “luta científica”.

O campo científico é sempre o lugar de uma *luta, mais ou menos desigual*, entre agentes desigualmente dotados de capital específico (...). Em todo campo se põem, com *forças mais ou menos desiguais*, segundo a estrutura de distribuição do capital no campo (grau de homogeneidade), os dominantes, ocupando as posições mais altas na estrutura de distribuição de capital científico, e os dominados, isto é, os novatos, que possuem um capital científico tanto mais importante quanto maior a importância dos recursos científicos acumulados (BOURDIEU, 1983, p. 136-137).

Nesta luta, os vencedores são aqueles que dominam o campo a ponto de “impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem” (BOURDIEU, 1983, p. 128). Assim, o que é considerado científico no campo é justamente o que determinam aqueles que dominam o campo. Vale lembrar o que diz Stengers (1990, p. 79-80) quando afirma que a questão da cientificidade é prática e designa sempre uma coletividade, pois “não é de um cientista, mas de uma coletividade que depende a resposta a essa questão” (isso é científico?). Similarmente, pode-se comparar essa ideia da definição de “o que é científico” com a definição de Bourdieu (2005) para “o que é uma obra de arte”:

Sendo dado que a obra de arte só existe enquanto objeto simbólico dotado de valor se é conhecida e reconhecida, ou seja, socialmente instituída como obra de arte por espectadores dotados da disposição e da competência estéticas necessárias para conhecer e reconhecer como tal, a ciência das obras tem por objeto não apenas a produção material da obra, mas também a produção do valor da obra ou, o que dá no mesmo, da crença no valor da obra (BOURDIEU, 2005, p. 258).

Nesse sentido, com o objetivo de garantir o acúmulo de capital científico e a posição de destaque no campo, há os dominantes que contam com estratégias de conservação (perpetuação da ordem científica estabelecida com a qual compactuam) para se manterem no poder. Em oposição, estão os dominados, ou novatos, atuando com estratégias de sucessão (“que realizam o ideal oficial da excelência científica pelo preço de inovações circunscritas aos limites autorizados”) ou de subversão (os que buscam uma “redefinição completa dos princípios de legitimação da dominação”) (BOURDIEU, 1983, p. 138).

Vale destacar que essa “ordem científica” que os dominantes buscam impor e que os novatos podem querer manter ou se contrapor não se reduz à “ciência oficial” que Bourdieu (1983, p. 137) define como:

Conjunto de recursos científicos herdados do passado que existem no *estado objetivado* sob forma de instrumentos, obras, instituições, etc., e no *estado incorporado* sob forma de hábitos científicos, sistemas de esquemas gerados de percepção, de apreciação e de ação, que são o produto de uma forma específica de ação pedagógica e que tornam possível a escolha dos objetos, a solução de problemas e a avaliação das soluções.

A “ordem científica” engloba também as instâncias especificamente encarregadas da consagração da ciência oficial (academias, prêmios, sistemas de ensino, etc.) e as revistas científicas cujos critérios de seleção consagram produções que vão ao encontro dos princípios da ciência oficial, “oferecendo, assim, continuamente, o exemplo do que merece o nome de ciências, e exercendo uma censura de fato sobre as produções heréticas, seja rejeitando-as expressamente ou desencorajando simplesmente a intenção de publicar pela definição do publicável que eles propõem” (BOURDIEU, 1983, p. 138).

Assim, um campo científico é formado por dois tipos de agentes. De um lado estão aqueles que querem manter seu *status quo* o que significa difundir suas concepções de ciência, e os meios para fazer a ciência, utilizando os aportes teóricos, metodologias e abordagens que julgam mais adequados, aos que Bourdieu (1983) define como dominantes. De outro, estão os dominados, aqueles que buscam um espaço no campo, também denominados de novatos, que podem utilizar duas estratégias distintas para entrada: a estratégia de sucessão e a estratégia de subversão.

Ao optarem pela estratégia de sucessão os novatos procuram reproduzir em seus trabalhos o mesmo ideal de ciência proposto pelos dominantes, permitindo uma entrada mais “tranquila” no campo e a possibilidade de acúmulo de capital científico no curto prazo. Essa estratégia é escolhida pelo novato, pois há uma propensão maior de ser aceito no campo aqueles que pensam, agem e fazem exatamente ou de forma semelhante àquilo que os dominantes pensam, agem e fazem ou que esperam que assim seja. Sob o ponto de vista de Hagstrom (1979) a estratégia de sucessão é uma forma de o novato conseguir obter reconhecimento social de seus pares. Segundo Bourdieu (1983, p. 138), para os novatos as estratégias de sucessão são “próprias para lhes assegurar, ao término de uma carreira previsível, os lucros prometidos aos que realizam o ideal oficial da excelência científica pelo preço de inovações circunscritas aos limites autorizados”. Assim, toda a “invenção” trazida por este novato, é na verdade:

Uma arte de inventar já inventada, que, resolvendo os problemas suscetíveis de serem colocados nos limites da problemática estabelecida pela aplicação de métodos garantidos (ou trabalhando para salvaguardar os princípios contra as contestações heréticas), tende a fazer esquecer que ela só resolve os

problemas que pode colocar ou só coloca os problemas que pode resolver (BOURDIEU, 1983, p. 139).

Há, por outro lado, o novato que se utiliza de estratégias de subversão para tentar entrar no campo, optando por confrontar a sua suposta harmonia. Com aportes teóricos, metodológicos e de abordagem que se contrapõem aos instituídos optam por desafiar a “ordem” estabelecida no campo. Como consequência do uso desta estratégia, há uma probabilidade maior de que o acúmulo de capital científico venha mais tarde. Conforme Bourdieu (1983, p. 138) “os novatos que recusam as carreiras traçadas só poderão ‘vencer os dominantes em seu próprio jogo’ se empenharem um suplemento de investimentos propriamente científicos sem poder esperar lucros importantes, pelo menos em curto prazo, posto que eles têm contra si toda a lógica do sistema”. Em contraponto à adoção de estratégias de sucessão, os novatos que contam com estratégias de subversão se deparam com “investimentos infinitamente mais custosos e arriscados que só podem assegurar os lucros prometidos aos detentores do monopólio da legitimidade científica em troca de uma redefinição completa dos princípios de legitimação da dominação” (BOURDIEU, 1983, p. 138). O que os novatos subversivos pretendem é estabelecer uma ordem científica herética, não reconhecendo outra coisa que não o princípio da legitimação que pretendem impor. Como heréticos,

Não aceitam entrar no ciclo das *trocas de reconhecimento* que assegura a transmissão regularizada da autoridade científica entre os detentores e os pretendentes, (...) recusando todas as cauções e garantias que a antiga ordem oferece, recusando a participação (progressiva) ao capital coletivamente garantido que se realiza segundo procedimentos regulados de um dos contratos de delegação, eles realizam a acumulação inicial através de um golpe de força, por uma ruptura desviando em proveito próprio o crédito de que se beneficiavam os antigos dominantes, sem conceder-lhes a contrapartida do reconhecimento que lhes oferecem aqueles que aceitam se inserir na continuidade de uma linhagem (BOURDIEU, 1983, p. 139).

Vale destacar que para Bourdieu (1983), quanto menor a autonomia do campo, maior a propensão das estratégias de conservação ou subversão serem dependentes das disposições em relação à ordem estabelecida. Ou seja, quanto menor a autonomia do campo mais os novatos levarão em conta as consequências - sociais, políticas, econômicas, etc. - da adoção de uma estratégia conservadora ou subversiva no momento de optar por uma ou outra. Afinal, quanto mais heterônomo o campo, mais o poder institucional se estabelece como o mais importante, e, conseqüentemente, mais a busca por este poder será preponderante na escolha por qual estratégia adotar.

Para ilustrar o quanto a autonomia (ou heteronomia) do campo científico influencia na estratégia adotada pelo novato, Bourdieu (1983) cita um trabalho¹⁰ do sociólogo americano Lewis Samuel Feuer em que este analisa as raízes sociais da teoria da relatividade de Einstein. Em outras palavras, Feuer analisa o terreno que favoreceu Einstein a romper com a ordem científica estabelecida no campo da física. Ele mostra que Einstein pertencia a um grupo de estudantes judeus inconformados com a ordem científica estabelecida:

Einstein foi apoiado por um estranho pequeno círculo de jovens intelectuais, cheios de sentimentos de revolta social e científica própria de sua geração e que formavam uma contra comunidade científica fora da instituição oficial,

¹⁰O trabalho é referenciado por Bourdieu (1983, p. 140): FEUER, L. S. *The social roots of Einstein's theory of relativity*. *Annals of Science*, v. 27, n. 3, set. 1971, p. 278-98 e n. 4, dez. 1971, p. 313-44.

um grupo de boêmios cosmopolitas levados, nesses tempos revolucionários, a considerar o mundo de uma maneira nova (FEUER apud BOURDIEU, 1983, p. 140).

Assim, para Bourdieu (1983) Feuer sugere que rompimentos com a ordem estabelecida tornam-se mais difíceis de ocorrer na medida em que aos potenciais pesquisadores (como os recém formados advindos de instituições de pesquisa prestigiadas) é facilitado – e isso ocorre de forma rápida – o acesso às responsabilidades administrativas. Como consequência, tem-se que os pesquisadores novatos são desencorajados a romper com a ordem estabelecida, visto que seu esforço está menos disponível para rupturas, preferindo a conservação em detrimento da subversão. Do contrário, o terreno fértil para os rompimentos com os *modos convenientes de se portar* no campo tende a ser encontrado com mais facilidade entre o grupo de pesquisadores que estão à margem da ocupação de posições institucionais.

O campo científico é, portanto, um espaço de lutas entre dominantes – aqueles que conseguem impor sua forma de fazer, pensar e agir cientificamente – e dominados – os agentes que lutam junto (por meio de estratégias de sucessão) ou contra (por meio de estratégias de subversão) na busca pelo acúmulo de capital científico.

AGENTES SOCIALMENTE DOMINANTES X AGENTES CIENTIFICAMENTE DOMINANTES

Bourdieu (2004), ao fazer uma análise do Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica – INRA de Paris como um campo mostra que a concepção do que seja um agente dominante pode variar em função do ponto de vista em que se está analisando determinado agente e de que campo se está falando. Ou seja, um agente poderá ser ao mesmo tempo dominante e dominado, dependendo do campo em que se está situando tal agente. O autor exemplifica tal situação retratando o caso dos pesquisadores “aplicados” e dos pesquisadores “básicos” da área de agronomia.

Os pesquisadores “aplicados”, ou “praticantes clínicos”, oriundos da Escola de Agronomia¹¹, seriam aqueles cuja pesquisa estaria mais voltada, segundo Bourdieu (2004, p. 50-51) para:

- a comprovação de saberes científicos e técnicos já experimentados;
- a verificação ou a vulgarização de conhecimentos estabelecidos;
- a pesquisa de curto prazo;
- as pesquisas desenvolvidas em colaboração com os produtores (por exemplo, pequenos camponeses) e que visam resolver rapidamente problemas práticos.

De outro lado, estariam os pesquisadores “básicos”, provenientes principalmente das Universidades, os quais se dedicam a investigações mais estritamente especializadas e sem outro objetivo imediato além do aumento de conhecimentos (BOURDIEU, 2004).

Assim, considerando-se os pesquisadores “aplicados”, estes conseguem ser dominantes em um campo em que os demais agentes legitimam a pesquisa considerada apta a resolver determinados problemas de ordem prática. Assim, é que um médico experiente, por exemplo, prestigiado pelo êxito de suas cirurgias, pelo número de pacientes que atende, pelas posições que ocupa em conselhos de classe, associações, etc., considerando o campo dos serviços de saúde, consegue impor sua autoridade científica em relação a outros agentes, menos prestigiados, por não fazerem o que ele

¹¹Além das Universidades, cabe destacar que na França o ensino superior compreende as Escolas (ou Grandes Écoles) e as escolas especializadas que oferecem formações voltadas para o ensino profissionalizado de alto nível. É deste tipo de modalidade de ensino a que Bourdieu se refere aqui.

faz ou por fazerem diferente daquilo que ele faz. Este profissional torna-se dominante neste campo porque consegue resolver os problemas, dar a eles soluções rápidas, aplicar o conhecimento que obteve. Neste caso, o espaço destinado ao médico-pesquisador, é comparativamente menor, pois ele não pode responder rapidamente às demandas que a ele são impostas, porque interessa a ele, antes de tudo, fazer avançar o conhecimento na área. Pode-se afirmar que no campo científico da medicina, o pesquisador “aplicado” possivelmente não será dominante em relação ao pesquisador “básico”, porém ele poderá ser o dominante no campo dos serviços de saúde.

Nessa divisão entre pesquisadores “puros” e “aplicados” está intrínseca a ideia de autonomia do campo. Nos campos mais autônomos, os pesquisadores “puros” tendem a ser os agentes dominantes, pois sua pesquisa está pautada não por pressões externas ao próprio campo, mas principalmente pelo avanço do conhecimento em determinada área. Nos campos mais heterônomos, os pesquisadores “aplicados” ganham mais legitimidade, pois suas atividades são destinadas a atender demandas externas ao campo e responder a demandas que, muitas vezes inexistentes, tornariam impossível a própria existência do campo. Nesse sentido, quanto mais “aplicada” a pesquisa, menos autônomo é o campo em que esta se desenvolve.

Decorrente dessa divisão, tomando como exemplo o campo da agronomia, Bourdieu (2004, p. 51) explica que:

Os pesquisadores “puros” compreendem bem que o reconhecimento social e o peso político (em um sentido mais amplo) que os pesquisadores “aplicados” obtêm dos usuários, agricultores, membros de cooperativas ou de associações profissionais e sindicais, industriais, mas também de autoridades políticas, e dos quais testemunham suas numerosas participações em responsabilidades e poderes temporais (gabinetes ministeriais, etc.), têm por contrapartida, bem frequentemente, abdições ou demissões científicas e sobretudo renúncias à autonomia. O interesse que os indivíduos ou as instâncias externas têm pela pesquisa e seus resultados é, de fato, sempre ambíguo e de “dois gumes”, na medida em que a consideração social que traz e que pode se traduzir pelo acesso a recursos econômicos e políticos importantes, inacessíveis aos que se dedicam à pesquisa básica, tem como contrapartida uma certa pretensão dos utilizadores a avaliar e até mesmo a orientar a pesquisa.

Vale destacar que o campo científico da administração enquanto ciência social aplicada guarda relações com as características apresentadas pelo campo da agronomia quanto a sua autonomia. Chevalier e Loschak (1980, p.50) ao apontar os obstáculos epistemológicos que devem ser superados pela ciência administrava apontam o “parasitismo ideológico” como sendo um deles, “a ciência administrativa, à semelhança de todas as ciências sociais, mantém relações ambíguas com o poder e se vê amiúde solicitada a contribuir para a legitimação da ordem existente”. Situando a ciência da administração na teoria do campo científico proposta por Bourdieu (2004) há indícios suficientes que a coloquem como sendo, portanto, uma ciência pouco autônoma. Na seção seguinte será feita uma breve descrição do campo científico da administração, considerando ser fundamental entendê-lo para que se possa desvendar o campo científico da administração universitária do qual faz parte.

CAMPO CIENTÍFICO DA ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Em um trabalho sobre o processo do conhecimento na administração, Audet e Malouin (1986) conceituam campo como o lugar das relações entre atores humanos que pretendem produzir conhecimentos definidos ou que são reconhecidos como tal, e que

estão em concorrência para obter o controle da definição das condições de produção e validação desses conhecimentos. Essas relações engendram a dinâmica do seu conteúdo (*corpus*), na medida em que produzir conhecimentos constitui a principal forma de ação pela qual os produtores tentam controlar as regras de produção e de validade do conhecimento (AUDET; MALOUIN, 1986).

Especificamente no Brasil, a produção de conhecimento em administração foi objeto de estudo de uma série de trabalhos, que analisaram tanto a produção como um todo (o campo científico da administração), quanto disciplinas específicas (como organizações, marketing, estratégia, etc.) (ROSSONI, 2006). Rossoni (2006) destaca que tais trabalhos caracterizam-se como meta-estudos, ou seja, tratam de comparar vários elementos presentes nos artigos como metodologia, referencial teórico, base epistemológica, levantando algumas conclusões sobre determinado campo do conhecimento ou disciplina. Dentre aqueles que tratam da produção do campo como um todo Rossoni (2006) destaca os de Bertero, Caldas e Wood Jr.(1998; 1999); Bulgacov e Verdu (2001); Fleury (2003); Lima (1999); Oliveira (1999); Quintella (2003); Wood Jr e Paula (2002).

Dentre esses trabalhos, o de Bertero, Caldas e Jr. (1999) pode ser destacado por deixar emergir, ainda que não tenha sido este o objetivo do trabalho, alguns dos agentes que compõem o campo científico da administração universitária no Brasil. Neste trabalho, os autores debatem especificamente sobre a produção científica em administração no Brasil até o final da década de 1990, afirmando que embora recente enquanto campo científico, a pesquisa em administração vinha crescendo, ainda que carente de qualidade. Dentre os principais aspectos de que decorre a falta de qualidade apontada pelos autores estão: falhas epistemológicas dos trabalhos, deficiências metodológicas, falta de originalidade e prática, podendo ser caracterizada como mimetismo mal informado. Tais falhas foram verificadas

A partir da análise da produção brasileira, como veiculada em revistas acadêmicas, teses de mestrado e doutorado e anais do Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD), onde se registra parte substancial da produção científica de docentes e discentes de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (BERTERO, CALDAS, JR., 1999, p. 150).

Esses autores partem então para uma análise das possíveis causas desta falta de qualidade da produção científica. Iniciam situando a administração na expansão acelerada dos programas de pós-graduação no Brasil e o papel da Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES) como balizadora da qualidade em detrimento da quantidade. Como resultado mostram que a administração como campo científico esteve presente desde o início da pós-graduação no país no final da década de 1960 e início da década seguinte e que rapidamente se expandiu nos anos posteriores. Além disso, apontam que na última avaliação realizada pela CAPES naquele momento, considerando a produção científica, por meio do grau de inserção que conseguem junto à comunidade acadêmica mundial, medida através de publicações em periódicos acadêmicos de nível internacional e apresentação de trabalhos e resultados em congressos e encontros internacionais de primeiro nível, nenhum programa na área de administração atingiu o conceito máximo (BERTERO, CALDAS, JR., 1999). No restante do trabalho os autores discutem os critérios até então utilizados para avaliar as produções científicas em periódicos e apresentam uma proposta de modelo de avaliação da produção brasileira e por fim tecem considerações finais.

Assim, ao apresentarem um panorama sobre a produção científica em administração no Brasil, acabam vindo à tona instituições como a ANPAD, a CAPES e os programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração, e consequentemente as próprias instituições de ensino da qual fazem parte, como agentes fundamentais para que o campo científico da administração se efetivasse no Brasil.

HÁ UM CAMPO CIENTÍFICO DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL?

O principal objetivo de até o presente momento ter-se discutido o campo científico da administração no Brasil foi justamente o de ter um caminho para responder à questão suscitada no título desta seção. Entende-se que a produção de conhecimento em administração universitária pode ser conhecida a partir do entendimento de quem são aqueles que a produzem. E em existindo os produtores, e foram constatados indicativos de que eles existem – ora, há um curso de pós-graduação em administração universitária e produção sobre o tema – então se defende a ideia de que tais produtores podem constituir um campo científico.

Defende-se assim, que um ponto de partida para que este campo científico seja desvendado pode ser estabelecido a partir do entendimento deste como um subcampo da administração, que enquanto ciência tem entre seus principais objetos de estudo as organizações, que contemplam, portanto, as organizações de educação superior. Nesse sentido, parte-se da ideia de que inicialmente os agentes desse campo são comuns: a ANPAD enquanto um dos principais locais de produção de conhecimentos do campo (e este é um pressuposto, não necessariamente uma conclusão), a CAPES como agente regulador e avaliador e os cursos de pós-graduação, programas e instituições de ensino correlatos como locais onde os agentes-pesquisadores atuam e produzem o conhecimento na área.

É fundamental que se esclareça que não se está aqui defendendo que o campo científico da administração universitária é e só é um subcampo da administração. Pelo contrário, é por saber que se trata de um campo que precisa ser desvendado e entendido que se partiu de um dos campos do qual ele faz parte. Não se está ignorando, por exemplo, que a área de educação seja um possível campo científico do qual ele faça parte, e há fortes indícios de que seja¹². Assim, trata-se de uma escolha, um caminho e talvez não o melhor, mas o que se achou o mais viável por que se atua nele. Espera-se que essa contribuição some-se a outras para que se obtenha uma melhor resposta à questão suscitada nesta seção: há um campo científico da administração universitária o Brasil?

REFERÊNCIAS

BOUDON et al. Dicionário de Sociologia. Dom Quixote: Lisboa, 1990 <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAW-AAB/dicionario-sociologia>

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte**: gênese e estrutura do campo literário. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, R. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

¹² No livro *O Estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil 1991-1997* (WITTMANN, GRACINDO, 2001), a “Gestão da Universidade” aparece como uma das áreas temáticas em que está dividido o campo de estudos da Política e Administração da Educação no Brasil, como já mostrado.

_____. **Os usos sociais da ciência.** Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

AUDET, M. e MALOUIN, J.-L. (orgs.) **La production des connaissances scientifiques de l'administration.** Quebec: Les Presses de l'Université Laval, 1986.

ÁVILA, Patrícia. A distribuição do capital científico: diversidade interna e permeabilidade externa do campo científico. **Sociologia – Problemas e Práticas.** nº 25. 1997. p. 9-49.

BEN-DAVID, Joseph. **O papel do cientista na sociedade:** um estudo comparativo. São Paulo: Pioneira; Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel Pinto; WOOD JR, Thomaz. Produção Científica em Administração de Empresas: Provocações, Insinuações e Contribuições para um Debate Local. In: XXII ENANPAD, 1998, Foz do Iguaçu. **Anais Eletrônicos**, Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998.

BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel Pinto; WOOD JR, Thomaz. Produção Científica em Administração de Empresas: Provocações, Insinuações e Contribuições para um Debate Local, **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 147-178, Jan./Abr. 1999.

BERTERO, Carlos Osmar. Prefácio. In: FACHIN, Roberto Costa. **Construindo uma Associação Científica:** trinta anos da ANPAD – memórias, registros, desafios. Porto Alegre: [s.n], 2006.

BULGACOV, Sérgio; VERDU, Fabiane Cortez. Redes de Pesquisadores da Área de Administração: um Estudo Exploratório, **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, Edição Especial, p. 163-182, 2001.

CHEVALLIER, Jacques. LOSCHAK, Danièle. **A Ciência Administrativa.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.

DIAS, Rafael de Brito. **A ciência segundo Joseph Ben-David:** uma leitura de "O papel do cientista na sociedade". 2006. (Texto GAPI para discussão). Disponível em: http://www.ige.unicamp.br/gapi/RESENHA_JBD.pdf Acesso em: fev.2012.

FLEURY, Sônia. (Coord.) **Análise do Perfil dos Artigos Publicados na Revista de Administração Pública – RAP – No Período 1992-2002.** Rio de Janeiro: EAESP/FGV, 2003.

GONÇALVES, Adriana Aguilera et al. Contribuições dos colégios invisíveis e dos blogs na disseminação e compartilhamento do conhecimento científico. In: 4º Seminário em Ciência da Informação – SECIN, 2011, Londrina. **Anais Eletrônicos.** Londrina: SECIN, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/secin/ocs/index.php/secin2011/secin2011/paper/viewFile/60/12> Acesso em: out.2012.

HAGSTROM, W. O. O controle social dos cientistas. In: DEUS, Jorge Dias de (org.). **A Crítica da Ciência:** sociologia e ideologia da ciência. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

LAHIRE, Bernard. **Homem Plural:** os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

LIMA, Juvêncio Braga de. Pesquisa qualitativa e qualidade na produção científica em administração de empresas. In: XXIII ENANPAD, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais Eletrônicos**, Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999.

MARTIN, Olivier. La construction sociale des sciences. In: **Sciences Humaines – hors-série**, nº31, dez./jan-fev, 2001.

MERTON, R.K. Os imperativos institucionais da ciência. In: DEUS, Jorge Dias de (org.). **A crítica da ciência:** sociologia e ideologia da ciência. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

OLIVEIRA, Mirian. A Informação nos Títulos e Resumos: Trabalhos do ENANPAD 97. In: XXII ENANPAD, 1998, Foz do Iguaçu. **Anais Eletrônicos**, Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998.

ROSSONI, Luciano. **A dinâmica de relações no campo da pesquisa em organizações e estratégia no Brasil: uma análise institucional.** Curitiba: UFPR, 2006. 296 p. Dissertação (Mestrado em

Administração) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. Universidade e Ciência Observadas por Ben-David. **Ciência Hoje** 7, 37, nov./1987. p. 68. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/bendavid.htm> Acesso em: abr.2012.

SHINN, Terry; RAGOUET, Pascal. **Controvérsias sobre a ciência:** por uma sociologia transversalista da atividade científica. São Paulo: Editora 34, 2008.

STENGERS, Isabelle. **Quem tem medo da ciência?** : ciências e poderes. São Paulo: Siciliano, 1990.

WOOD JR, Thomaz; PAULA, Ana Paula Paes de. Pop-management: pesquisa sobre as revistas populares de gestão no Brasil. In: XXVI ENANPAD, 2002, Salvador. **Anais Eletrônicos**, Salvador: ANPAD, 2002.